

ENTRE PERDAS E GANHOS APONTAMENTOS SOBRE A INDÚSTRIA GAÚCHA

Maria Cristina Passos
Rubens Soares de Lima***

Este artigo tem como objetivo realizar uma avaliação do comportamento da indústria do Rio Grande do Sul no período 1970-85, utilizando como referência básica as informações censitárias e como parâmetro a indústria nacional. Nesse sentido, na primeira parte procede-se ao resgate de algumas teses correntes nas décadas de 60 e 70, no intuito de confrontá-las com os dados ora disponíveis. A segunda parte é dedicada à discussão das principais transformações ocorridas no parque fabril gaúcho, procurando identificar semelhanças e diferenças com o processo industrial brasileiro.

Tendo em conta os limites nos quais se desenvolve a presente análise, foge aos seus propósitos elaborar conclusões definitivas. A intenção dos autores restringe-se a problematizar aspectos da industrialização estadual, tentando, quando possível, ampliar a agenda do debate.

1 - Antigas teses, novas evidências

Os anos 50 marcaram um período de profundo pessimismo da sociedade gaúcha. Contrastando com a euforia que se instalou no País com o Governo de JK e seu propósito de realizações de "cinquenta anos em cinco", foi, precisamente, na segunda metade daquela década que o Rio Grande do Sul apresentou claros sinais de desaceleração em seu

* Economista da FEE e Professora da UNISINOS.

** Economista da FEE e Professor da UNISINOS.

Os autores agradecem os comentários de Áurea Breitbach, Clarisse Castilhos, Maria Lucrécia Calandro e Flávio Fligenspan.

O trabalho de tabulação dos dados foi feito pelos estagiários Luciana de Oliveira, Áurea Ramos Soares e Carlos Renato Salami.

processo econômico. As conclusões da **Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico**, publicada no **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa**, são bastante enfáticas a esse respeito. Questionando a suficiência do crescimento de 4,9% a.a. apresentado pelo Estado ao longo do período em foco, os seus autores afirmam que "(...) se a observação de um decênio deixa transparecer traços pouco animadores, quando se divide a análise em dois períodos quinquenais aparece com todo o vigor a estagnação gaúcha" (ACCURSO, CANDAL, VERAS, 1965, p.18). Isso porque esse percentual

"(...) esconde a baixíssima taxa dos últimos anos. Vê-se que, no primeiro quinquênio (1949/53, RSL), a economia cresceu à excepcional taxa de 8,6, para cair, no segundo (1956/60, RSL), para 0,3. Confrontando o crescimento do produto com o da população (2,6), resulta uma taxa negativa de desenvolvimento de 2,3" (ACCURSO, CANDAL, VERAS, 1965, p.18).

Esse processo de retração foi registrado com maior ênfase no Setor Primário, que passou de uma taxa de 9,8% no primeiro período em questão para -3,0% no segundo, seguido de perto pelo que os autores chamam de Setor Secundário, com taxas de 9,5% e 1,7% respectivamente.

O importante a assinalar é que essa situação não é identificada como um mero acontecimento episódico, conjuntural, por que atravessava a economia gaúcha, mas como uma crise estrutural capaz de projetar uma visão sombria para o seu futuro. A simples citação de alguns títulos de estudos clássicos sobre esse período serve como ilustração desse panorama. Senão vejamos: **A Crise Econômica do Rio Grande do Sul**, de Paulo R. Schilling (1961); **Rio Grande do Sul: um novo Nordeste**, de Franklin de Oliveira (1960); e o já referido **Análise do Insuficiente Desenvolvimento Econômico do Rio Grande do Sul**, que contou com a participação dos Economistas Claudio Accurso, Arthur Candal e Claudio Veras.

Na verdade, a historiografia econômica do Rio Grande do Sul é plena de relatos sobre o descaso do poder central para com o Estado e sobre situações de perdas. Perdas de oportunidades, perdas de mercado e perdas de participação na economia nacional. *Grosso modo*, essa é a história da ocupação territorial do Rio Grande, relegado pela Coroa Portuguesa a um segundo plano por não apresentar condições para o cultivo de nenhum produto de expressão no mercado internacional e tampouco oferecer qualquer possibilidade de extração de metais ou pedras preciosas. Não muito diferente é a história de sua pecuária e da produção de charque, do breve sucesso da triticultura iniciada pelos açorianos, da decadência de sua florescente indústria têxtil e de outros incontáveis exemplos.

Talvez seja válido pensar que essas narrativas estão quase sempre impregnadas, ainda que inconscientemente, pelo sentimento de singularidade histórica decorrente da situação de fronteira conflagrada que tanto marcou a existência da região.¹ O certo,

¹ A esse respeito, ver o artigo de Luiz Roberto P. Targa **O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas** (1991). Segundo o autor, essa característica da formação histórica rio-grandense "(...) pelos desdobramentos que apresentou, permite caracterizar essa sociedade como uma formação histórica diversa das sociedades que se constituíram em regiões como a Nordeste ou a Leste do Brasil. Mostraremos que, no Sul, as lutas engendradas pela existência da fronteira meridional produziram uma sociedade diversa da brasileira" (Targa, 1991, p.308).

porém, é que a sensação de profundo desalento com o destino da economia gaúcha presente na primeira metade deste século iria espalhar-se, irremediavelmente, pelos anos subsequentes. E não se pense que esse perceber possa ser explicado por qualquer autoctonismo dos estudiosos gaúchos. Basta ver que, em 1971, Antonio Barros de Castro, analisando a trajetória da economia sulina, cunha uma frase que soa como uma verdadeira maldição para os propósitos desenvolvimentistas do extremo sul. Diz, textualmente, esse autor:

"Aliás, repetidamente, se observa na história do Rio Grande do Sul que o difícil para este não é 'descobrir' novos produtos e introduzir novas técnicas: o problema consiste em manter os mercados, uma vez que outras áreas, mais bem situadas, se lancem no ramo" (CASTRO, 1971, p.43).

A economia rio-grandense seria, assim, uma espécie de Sísifo, condenado a um eterno recomeçar.

Ainda que as observações anteriores tenham um caráter geral, elas são, particularmente, atinentes ao desenvolvimento industrial. Em síntese, o objetivo deste texto é o de avaliar, à luz do distanciamento temporal e da disponibilidade de dados mais recentes, a validade do repto lançado por Barros de Castro. Não se trata, porém, de realizar nenhuma análise integrada ou globalizante da economia gaúcha. O propósito é bastante mais restrito. Pretende-se, unicamente, verificar se algumas idéias, ou conclusões, registradas em importantes trabalhos realizados sobre a indústria gaúcha, encontraram aderência na primeira metade dos anos 80, tendo em vista os resultados, só agora disponíveis, do último censo industrial.



Como já foi referido, o trabalho elaborado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul em 1965 mostrava enfaticamente que as causas da perda de participação do Estado no produto brasileiro, ao longo do período 1949-59, deveriam ser buscadas no último quinquênio daquela década. Com efeito, enquanto nos primeiros cinco anos os parques industriais do Estado e do Brasil haviam crescido a taxas praticamente idênticas (9,5% e 9,3%), no período 1956-60 registrava-se uma queda para 1,7% na indústria gaúcha, a qual contrastava fortemente com a aceleração de 12,7% observada na nacional.²

Grosso modo, a explicação para esse fenômeno era dada pela tese central do estudo, segundo a qual

"(...) a indústria gaúcha não aproveitou adequadamente os estímulos de demanda que ampararam o desenvolvimento industrial brasileiro, os quais, como já se viu, repousaram basicamente no processo de substituição de importações" (ACCURSO, CANDAL, VERAS, 1965, p.75).

² Registre-se que a comparação do crescimento da economia gaúcha com a nacional é, quase sempre, o motivo de alerta ou de satisfação para as análises regionais. Ainda que ambas apresentem *performances* negativas, resta sempre alguma satisfação se a queda no Estado for menor que no âmbito nacional.

Com isso, buscava demonstrar que as causas do insuficiente desenvolvimento do Rio Grande do Sul decorriam de problemas endógenos, uma vez que haveria uma demanda crescente possível de ser capitalizada, indistintamente, pelas diversas regiões, a qual o Estado foi incapaz de aproveitar. Essa tese geral subdividia-se em dois vetores. Pelo primeiro, era demonstrado que a indústria gaúcha se mostrou extremamente ineficaz para responder positivamente aos estímulos "primários" (sic) do processo substitutivo de importações, que se traduziram nas altas taxas de crescimento do conjunto das indústrias dinâmicas³. Pelo segundo vetor, os autores assinalavam o fato, particularmente grave, de a "indústria tradicional" rio-grandense não ter logrado potencializar até mesmo os "estímulos derivados" (sic) da intensificação do processo industrial brasileiro, decorrentes do aumento da renda *per capita*, que esteve associado aos crescimentos absoluto e relativo do volume de salários distribuídos. Estímulos que, de resto, foram reforçados pela intensa urbanização ocorrida na sociedade brasileira. Como evidência, é indicado o fato de esse conjunto de indústrias — representativas de 67,5% do produto industrial do Estado — ter crescido a uma taxa anual de 3,9% contra os 6,5% a.a. verificados no âmbito nacional.

A título de explicação mais geral para o mau desempenho da indústria gaúcha, o estudo aponta a baixa capacidade de autofinanciamento das empresas regionais. Nesse sentido, concorriam duas variáveis. De um lado, a produtividade das empresas rio-grandenses que, invariavelmente, crescia a um ritmo menor do que o verificado a nível nacional; de outro, a taxa de salário que, inversamente, apresentava no Estado um crescimento maior. A associação do movimento dessas duas variáveis conduzia, como não podia deixar de ser, a que o potencial de acumulação das empresas rio-grandenses fosse significativamente restringido.

No que se refere às indústrias tradicionais, agregam-se as deficiências da oferta de matéria-prima com origem na base agropecuária. Quanto às dificuldades específicas enfrentadas pelas indústrias dinâmicas, são ressaltadas a escassez de investimentos estrangeiros — incorporadores de tecnologia — e a baixa canalização de crédito especializado. Enlaçando todas essas razões, é enfatizada a carência de uma elite empresarial que, com a participação do Governo Estadual, promova a modernização que se faz necessária no parque produtivo gaúcho.

Sensatamente, os autores advertem que, não tendo a indústria gaúcha respondido favoravelmente à fase de expansão da economia brasileira, as dificuldades para qualquer reversão de tendência nos anos seguintes seriam incomensuravelmente maiores, dado o quadro de crise que caracterizava a cena nacional na primeira metade da década de 60.⁴

³ Esse conjunto é formado pelas indústrias produtoras de bens de consumo duráveis, de bens de capital e de bens intermediários. Os autores enfatizam, ademais, que foi no segmento de duráveis que ocorreu mais intensamente o processo de substituição de importações. Por exclusão, as indústrias tradicionais são aquelas produtoras de bens de consumo não duráveis.

⁴ É de se notar que, mesmo observando não ser factível "uma solução regional fora da solução nacional", os autores enfatizam a necessidade de propostas que visem alavancar o crescimento econômico do Estado. Percebe-se aqui, claramente, a influência da ideologia "cepalina", segundo a qual, a ação governamental via planejamento seria suficientemente forte para contra-arrestar o caráter cíclico do desenvolvimento capitalista.

No que concerne aos propósitos do presente texto, o que importa é o resgate das duas nítidas situações de perda que são ressaltadas na referida análise da indústria rio-grandense. A primeira refere-se à perda da posição privilegiada que a indústria gaúcha detinha na produção de bens salário, fruto da estreita vinculação que estabelecia com sua base agropecuária. A segunda diz respeito ao fato de o parque fabril do Estado não ter logrado integrar-se ao núcleo dinâmico do novo padrão de acumulação que se implantou no País, na segunda metade dos anos 50.

Examinemos, primeiramente, a questão das indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis, que representam, em grande parte, as chamadas indústrias tradicionais. Analisando a perda de dinamismo apresentada por esse segmento industrial no Rio Grande do Sul, o trabalho intitulado **Análise da Indústria de Transformação no Rio Grande do Sul** (FEE, 1978) faz uma dura crítica às razões apresentadas pelos autores do estudo realizado pela Assembléia Legislativa. Em síntese, essa crítica incide sobre o fato de aqueles autores não terem se apercebido de que o novo padrão de industrialização nacional, ao alicerçar-se, entre outros mecanismos, numa redefinição altamente concentradora da renda, deixava um espaço bastante estreito para o crescimento das indústrias produtoras de bens destinados ao consumo popular. Nesse sentido, onde viam problemas de oferta, deveriam ter visto problemas de demanda. O trecho seguinte é bastante elucidativo a esse respeito:

"(...) ao se falar de insuficiente crescimento da indústria do Rio Grande do Sul, na melhor das hipóteses está sendo mascarado o ponto central da questão. Caracterizar uma situação desfavorável do Estado como sendo decorrente da **incapacidade empresarial**, como seguidamente é apregoado, reflete tão-somente a adoção de um enfoque micro para uma questão fundamentalmente macroeconômica. Na realidade, os problemas com que se deparou a indústria de transformação gaúcha no início da década de 60 são fruto de uma inadequação do parque industrial do Estado a um novo perfil de demanda do País" (FEE, 1978, p.32).

Ainda que teoricamente correto, esse argumento extrapola as conclusões contidas no **Insuficiente Desenvolvimento**. Desde logo, porque o período focado por este trabalho corresponde à implantação do departamento produtor de bens duráveis que, no seu primeiro momento, implicou um forte estímulo ao crescimento do emprego e da massa salarial. Registro que, de resto, consta da própria **Análise da Indústria de Transformação do Rio Grande do Sul** (FEE, 1978). Assim sendo, não haveria motivo para que a indústria rio-grandense, em particular aquela voltada à produção de bens salário, sofresse já nesse período as conseqüências da "inadequação do seu parque industrial ao novo perfil de demanda". Corroborar essa afirmação o crescimento verificado por esse segmento industrial no Brasil.

Outro estudo produzido pela FEE em 1983, **A Produção Gaúcha na Economia Nacional**, ao analisar esse período, indica a concorrência com São Paulo como causa geral para a péssima *performance* da indústria estadual. Ademais, esse não seria um fenômeno singular da indústria regional, haja vista que, entre 1949 e 1959, São Paulo aumentou de 46,62% para 55,08% sua participação no VBP industrial do Brasil, enquanto os demais estados — excluído o Rio Grande do Sul — reduziram sua

participação de 44,79% para 37,79%. Como razões para a desvantagem da indústria gaúcha *vis-à-vis* à paulista são apontadas a precariedade da sua infra-estrutura energética e de transportes e a política econômica do Governo Federal, que, além de não destinar verbas do Plano de Metas para o Estado, penalizou a tricultura gaúcha com o "Acordo do Trigo". Indo um pouco adiante, esta análise destaca a década de 60 como sendo um **período de transição**, no qual teria ocorrido uma profunda modernização do parque fabril gaúcho. Como evidência, o estudo cita o fato de os ramos ali designados como "novos" — metalurgia, mecânica, material de transportes, material elétrico e de comunicações e química — terem aumentado 16,2 pontos percentuais sua participação no perfil industrial do Estado em detrimento dos ramos "antigos", que compõem, basicamente, o segmento "indústrias tradicionais".

A nosso ver, como é amplamente demonstrado nos 25 Anos (FEE, 1978), esse processo dá-se por conta, aqui sim, da busca de adequação da indústria gaúcha aos estímulos suscitados pelo novo padrão industrial brasileiro, que incidiam com muito maior intensidade nos segmentos que se articulavam mais estreitamente com o pólo dinâmico da acumulação de capital. Em síntese, isso significou um processo de mudança na estrutura da indústria gaúcha, no sentido do aumento continuado de participação dos gêneros vinculados à produção de bens duráveis, de capital e intermediários, em nada influenciando o fato de serem "novos" ou "antigos". Dessa forma, a indústria do sul passou a acompanhar, ainda que com defasagem, as alterações que ocorriam na indústria brasileira, decorrentes do novo estágio da acumulação de capital no País. Isso não implica, porém, desconhecer que as indústrias gaúchas de bens salário tenham mostrado, já na década de 60, uma clara tendência à recuperação de suas posições no cenário nacional. Tendência que iria consolidar-se nos anos posteriores.

Com efeito, o exame da Tabela 1 mostra que, na década de 50, todos os gêneros mais expressivos do conjunto produtor de bens salário no Rio Grande do Sul cresceram abaixo dos seus congêneres de São Paulo. No anos 60, entretanto, os gêneros têxtil e bebidas passaram a apresentar taxas de crescimento superiores, enquanto vestuário e calçados; praticamente, se iguala ao desempenho verificado em São Paulo. O fumo registrou 0,8 pontos percentuais abaixo, ficando com editorial e gráfica e, principalmente, com o gênero produtos alimentares as piores *performances*. No que tange a este último gênero, percebe-se, claramente, que o seu mau desempenho estava fortemente vinculado à crise da pecuária bovina rio-grandense. Observando-se agora o quinquênio 1970-75, verifica-se que, ao contrário do primeiro período, todos os gêneros gaúchos crescem acima dos seus congêneres paulistas. Alguns, aliás, com diferenças expressivas, como são os casos de têxtil, fumo e editorial e gráfica.

A evolução das categorias de uso das indústrias gaúcha e brasileira, apresentada na Tabela 1, corrobora, de forma bastante evidente, o que vem de ser afirmado. Com exceção do período 1959-70, quando apresentou uma taxa de crescimento 1,7% menor do que a verificada no Brasil, a indústria de bens não duráveis do Rio Grande do Sul registrou em todos os demais períodos uma *performance* nitidamente superior à nacional. Resulta que o parque fabril gaúcho vinculado à produção desses bens, ao longo do período 1959-85, não só acompanhou a tendência nacional, como obteve um ganho de participação no mercado, tendo em vista que sua taxa de crescimento foi de 7,67% a.a. contra a de 6,83% a.a. verificada no País.

Tabela 1

Taxas de crescimento de gêneros e ramos selecionados
da indústria do RS e de SP — 1949-75

(%)

DISCRIMINAÇÃO	1949-59		1959-70		1970-75	
	RS	SP	RS	SP	RS	SP
Têxtil	2,9	4,5	6,9	5,1	10,1	7,3
Vestuário, calçados e arte- fatos de tecidos	6,4	8,3	7,2	7,6	15,8	14,8
Confecções de roupas e agasalhos	3,1	13,1	5,1	10,8	9,0	14,8
Fabricação de calçados (exceto artigos de bor- racha)	8,6	7,6	8,0	4,0	17,0	6,7
Produtos alimentares	5,6	6,6	3,5	6,1	12,0	10,1
Abate, preparação de con- servas de carne, banha e origem animal	5,2	7,6	3,3	7,6	7,9	9,3
Bebidas	3,5	7,5	7,1	4,6	6,9	6,1
Fumo	4,4	7,1	4,2	5,0	20,4	5,9
Editorial e gráfica	6,1	8,9	5,9	8,4	16,4	12,8

FONTE: FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1983). **A produção gaúcha na economia nacional**: uma análise da concorrência intercapitalista. Porto Alegre.

O bom desempenho da indústria de bens não duráveis rio-grandenses não impediu, porém, que a mesma perdesse participação na composição do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Estado ao longo dos 26 anos enfocados. De resto, o mesmo fenômeno ocorreu no País. Assim, o registro feito pelos autores de **Produção Gaúcha na Economia Nacional** (FEE, 1983) para a perda de importância desse segmento industrial no Rio Grande do Sul carece de qualquer especificidade temporal ou regional.

Concluindo as considerações sobre esse conjunto de indústrias, pode-se dizer que nenhuma evidência empírica dá sustentação às previsões pessimistas dos anos 60. Por outro lado, mesmo tendo presente o grau de generalização dessas observações, cremos que a tese segundo a qual as dificuldades da indústria gaúcha produtora de bens não duráveis na segunda metade dos anos 50 são atribuídas à concorrência imposta por São Paulo ou ao atraso tecnológico de seu parque industrial deveria, no mínimo, ser melhor qualificada. É muito difícil imaginar que as empresas estaduais tivessem fôlego para realizar, em meio à violenta crise que caracterizou boa parte da década de 60, uma modernização tão profunda que lhes possibilitasse nos anos seguintes uma recuperação com tal expressão.

Sem qualquer pretensão de esgotar o assunto, apresentam-se algumas hipóteses que talvez possam merecer uma melhor atenção em futuras análises.

Um primeiro aspecto a ser considerado é que a indústria paulista produtora de bens não duráveis de consumo, na segunda metade da década de 50 e início da seguinte, se beneficiou de sua proximidade com o mercado, onde se fizeram sentir, com maior intensidade, as repercussões da implantação do departamento produtor de bens duráveis. Desse modo, dispôs de um mercado regional com elevada taxa de expansão. Essa situação não foi, porém, de ordem a que a indústria paulista desse segmento industrial lograsse consolidar uma posição no cenário nacional que viesse a obstaculizar a recuperação das indústrias de outras regiões. Ao contrário, como indica o estudo comparativo de Bandeira e Gründling (1988), a década de 70 registra perdas de participação na maioria dos gêneros em questão.

No que tange ao Rio Grande do Sul, é bastante plausível que as dificuldades enfrentadas por essa indústria no período aludido tenham, efetivamente, decorrido em larga medida da profunda crise que envolvia a sua base agropecuária. Pode-se citar como exemplo o desempenho do gênero produtos alimentares. Como foi observado, a má *performance* desse gênero deveu-se, em grande medida, às dificuldades do ramo vinculado ao abate de carne, de banha e de origem animal, fortemente ligadas à crise da bovinocultura estadual. A recuperação do gênero como um todo em 1975 sugere que isso ocorreu com base no aumento de importância que outros ramos adquiriram nesse segmento industrial e, até mesmo, pela mudança ocorrida no interior do próprio ramo, com a substituição, por exemplo, do processamento da carne bovina pela proveniente da avicultura. Aliás, processo semelhante parece ter ocorrido em vários casos. Ainda que não se disponha de uma análise mais detalhada, nada indica que essas mudanças tenham sido impulsionadas pelo surgimento de novas atividades ou de novas empresas. Na sua maioria, isso se explica pelo simples crescimento diferenciado de algumas dessas atividades. Esse é o caso do gênero vestuário, calçados e artefatos de tecidos, onde o dinamismo do ramo de calçados mais do que compensou o fraco desempenho da confecção de roupas e agasalhos.

O certo é que a indústria produtora de bens não duráveis de consumo alcançou a metade da década de 80 detendo privilegiada posição nacional em vários de seus gêneros. Nesse sentido, ressalta a produção de vestuário, calçados e artefatos de tecidos com 21,74% do VT^I nacional, de produtos alimentares com 11,19%, de bebidas com 17,59% e de fumo com 38,58%.

Passemos agora ao exame da segunda situação de perda apontada pela análise do **Insuficiente Desenvolvimento**. Trata-se, na verdade, de uma perda de oportunidade, uma vez que a indústria estadual ter-se-ia mostrado incapaz de capitalizar os "efeitos primários" do processo substitutivo de importação em curso na economia brasileira ao final da década de 50. De forma esquemática, o Rio Grande do Sul poderia potencializar os "efeitos primários" desse processo à medida que lograsse se integrar, ou se articular, com o eixo dinâmico do novo padrão de acumulação, qual seja, o departamento produtor de bens duráveis de consumo. Decompondo o que os autores da referida análise designavam como "indústria dinâmica", essa integração poderia ocorrer, *grosso modo*, de duas maneiras: de forma direta, pela sua participação no próprio departamento produtor de bens duráveis; de forma indireta, pela demanda derivada por bens de capital e por bens intermediários. Assim, mesmo que sucintamente, vejamos como foi o

desempenho de cada um desses departamentos da indústria gaúcha ao longo do período 1959-85.⁵

No que se refere à produção de bens duráveis, percebe-se que esse departamento apresentava, em 1959, uma participação de 8,85% no VTI do Estado contra 7,85% no do Brasil. Entretanto, nesse momento, a produção daí originada não caracterizava ainda o que se poderia designar como sendo o "departamento moderno" de bens duráveis de consumo, qual seja, aquele com base na indústria automobilística e na de eletrodomésticos. Na realidade, foi no decorrer dos anos 60 que as empresas desse segmento industrial, implantadas na sua maioria em São Paulo, demonstraram todo seu dinamismo. Assim, ainda que a comparação com o Brasil, e não especificamente com São Paulo, dilua as diferenças, pode-se observar um desempenho bem inferior das indústrias que compõem essa categoria de uso no Rio Grande do Sul. Isso se traduz, no período 1959-70, em taxas de 6,43% a.a. para o Estado contra 10,78% a.a. no País. Fruto dessa diferenciação nos ritmos de crescimento no último ano desse período, o peso do departamento de bens duráveis no VTI estadual situava-se em torno de 8,7%, enquanto no Brasil tinha-se 10,9%.

A excepcional *performance* dessa indústria estadual no quinquênio 1970-75, somada aos efeitos da recessão dos anos 80 sobre o mercado dos bens de consumo mais sofisticado, fez com que, em 1985, as participações dessas indústrias no parque industrial do Estado e do Brasil fossem, praticamente, idênticas.

Essa aparente identidade não resiste, porém, a qualquer aproximação qualitativa. Na verdade, o Rio Grande do Sul, com raríssimas exceções, nunca logrou atrair as empresas representativas do segundo estágio de substituição de importações. Portanto, o crescimento do departamento de bens de consumo duráveis no contexto rio-grandense reflete apenas a continuidade na fabricação de bens nos quais as empresas gaúchas já tinham uma certa tradição. De maneira muito especial, nos ramos de mobiliário e cutelaria.

No setor de bens de capital, todavia, é possível perceber-se mudanças significativas na estrutura produtiva estadual. Enquanto no Brasil, em 1959, esse setor já detinha 10,53% do VTI, no Estado, essa participação não ultrapassava modestos 3,94%. Tendo em conta que o grosso do investimento na indústria pesada sempre se dirigiu para a Região Sudeste, não deixa de ser bastante sugestiva a resposta positiva apresentada pela indústria gaúcha de bens de capital. Tomando-se todo o período 1959-85, percebe-se, inclusive, que o Rio Grande do Sul cresceu a uma taxa de 14,67% a.a., enquanto no Brasil esse crescimento foi de 10,06% a.a. Particularmente os períodos 1959-70 e 1970-75 apresentaram um excepcional desempenho das indústrias de bens de capital do Estado, com taxas de, respectivamente, 16,36% a.a. e 33,83% a.a. Poder-se-ia argumentar, com alguma razão, que esse crescimento é, em grande parte, explicado pela posição privilegiada que desfruta o Estado na produção de máquinas e implementos agrícolas. Embora correto, esse argumento não pode encobrir o fortalecimento de outros segmen-

⁵ Uma análise detalhada da indústria gaúcha, tendo como referência os padrões de acumulação nacional, é desenvolvida em FEE (1978) e ACCURSO (coord., s.d.).

tos industriais gaúchos, como o que se verifica na fabricação de materiais de transporte e de transmissão de energia elétrica.⁶

Como seria esperado, a recessão econômica provocou uma forte crise para as indústrias do departamento produtor de bens de capital. No caso do parque estadual, a retração no crescimento já se torna manifesta em 1980, em razão das restrições feitas ao crédito agrícola, que redundaram no aparecimento de elevada capacidade ociosa no segmento de máquinas e implementos agrícolas. Ainda assim, em 1985, a ponderação do setor de bens de capital na estrutura industrial gaúcha foi, praticamente, a mesma observada no Brasil.

O avanço desse setor no Rio Grande do Sul pode ser percebido, igualmente, pela evolução do gênero mecânica, de onde se origina grande parte da produção de bens de capital no âmbito estadual. No curso de 1970 a 1985, esse gênero quase dobrou a sua participação no VTI do Estado, passando de 6,56% no início do período para 11,80% em 1985. No mesmo espaço de tempo, a mecânica estadual evoluiu no cenário nacional de 6,07% para 10,12%.

Essas considerações não desconhecem que a indústria rio-grandense de bens de capital opera, basicamente, em nichos desse mercado. E, via de regra, em nichos nos quais a densidade de capital e a complexidade tecnológica são menores. Essa, todavia, é uma circunstância que se aplica, à exceção da indústria naval instalada no Rio de Janeiro, para todos os estados que não São Paulo. Com efeito, em 1975, segundo Almeida et alii (1986), São Paulo respondia por uma parcela em torno de 66% de toda a produção de bens de capital do País; parcela que, nos segmentos de ponta, como é o caso de máquinas e ferramentas, atingia percentuais bem mais elevados.

Quanto à categoria de bens intermediários, igualmente é perceptível um consistente desempenho da indústria sulina, tanto no que se refere às taxas de crescimento quanto à participação no perfil produtivo do Estado. Aliás, segundo a análise dos **25 Anos** (FEE, 1978), seria via a produção desse tipo de bens que a indústria gaúcha passou a se articular mais estreitamente com o centro hegemônico da acumulação nacional, fato que sugeria, na ocasião, uma redefinição da divisão regional do trabalho, que imporia ao Rio Grande do Sul uma nítida tendência à especialização na produção de bens intermediários.

A crítica a essa interpretação é feita de forma bastante consistente pelos autores do já mencionado estudo realizado pelo convênio Ministério da Agricultura/IEPE/FUNDATEC (ACCURSO, coord., s.d.). Mesmo sem pretender avançar essa discussão nos limites deste texto, pode-se dizer que, afora a argumentação teórica proposta na análise dos **25 Anos** (FEE, 1978), a base empírica então disponível oferecia um forte indício para que fosse aventado o início de um consistente processo de especialização da indústria rio-grandense. Trabalhando com dados do valor da produção, esse estudo apontava uma participação dessa categoria de uso na estrutura industrial do Estado que evoluía de 22,81% em 1949 para 35,15% em 1970. Ao mesmo tempo, segundo a partição adotada, os bens de capital respondiam no último ano em foco por 9,88%, enquanto os bens não duráveis de consumo caíam de 73,17% para 51,11%.

⁶ Uma análise abrangente da indústria de bens de capital do Rio Grande do Sul encontra-se em Almeida, Marcantonio e Lima (1986).

Os dados do censo de 1975, publicados posteriormente, possivelmente reforçariam a convicção na tese da especialização. Com efeito, observa-se que é precisamente no quinquênio 1970-75 que a produção de bens intermediários registra o pico em seu ritmo de crescimento, ao atingir a taxa de 23,45% a.a. no seu VTI.

A tendência ao forte crescimento da produção de bens intermediários e o seu conseqüente aumento de participação na composição industrial parece ser, entretanto, uma orientação geral do padrão de desenvolvimento industrial brasileiro. Como enfatiza o estudo do IEPE, a taxa de crescimento do Rio Grande do Sul para todo o período 1959-85 está levemente acima da nacional, ou seja, 9,14% a.a. e 8,93% a.a. respectivamente, tendo, inclusive, se situado abaixo das do Brasil nos últimos dois períodos em observação. Ademais, a importância desses bens no perfil industrial do Rio Grande do Sul jamais alcançou os níveis apresentados pelo País como um todo. Restaria, entretanto, averiguar se essa tendência fez-se sentir igualmente em São Paulo, que é, afinal, o paradigma da hegemonia a que se refere os **25 Anos** (FEE, 1978).⁷

Nenhuma dessas ressalvas invalida, porém, a afirmativa de que, no seu conjunto, as empresas produtoras de bens intermediários gaúchos capitalizaram de forma expressiva os estímulos decorrentes da industrialização brasileira. Ao mesmo tempo, é interessante ressaltar que a química, impulsionada pelo Pólo de Triunfo, alcança expressiva participação no contexto regional, mas não logra nenhum avanço no âmbito nacional, perdendo, inclusive, um ponto percentual no final do período 1970-85. Em contrapartida, alguns gêneros de pouca expressão estadual, como papel e papelão e borracha, registram significativos ganhos de participação no VTI industrial brasileiro. O primeiro passando de 3,74% para 6,3%, e o segundo quase triplicando a sua participação, ao sair de um acanhado percentual de 3,56% para expressivos 10,45% na geração do VTI nacional.

Em suma, exceção feita à produção de bens duráveis, a segunda situação de perda aventada pelo **Insuficiente Desenvolvimento** encontra muito pouca sustentação nos fatos. Assim, pelo menos ao nível de generalização em que eram feitas as previsões sombrias sobre o futuro da indústria gaúcha, a realidade mostrou-se bem mais suave do que a severidade das interpretações. De outro lado, os 15 anos que antecederam a segunda metade da década de 80 esvaziaram em muito a ressonância da provocativa frase de Antonio Barros de Castro. Tanto no que tange ao seu desempenho global quanto na maioria dos casos particulares, a indústria gaúcha mostrou-se suficientemente apta para manter e, até mesmo, recuperar posições.

É claro que se o parâmetro for a indústria paulista, então "por nós os sinos dobram". Mas, nesse caso, o jogo estava há muito decidido, pois, na primeira metade deste século, São Paulo já havia consolidado sua posição hegemônica na acumulação nacional. Ao menos em todas as atividades que, por assim dizer, eram passíveis de apropriação no estágio em que se encontrava o desenvolvimento capitalista brasileiro. Desse modo, o fato de o desenho

⁷ Fique entendido, entretanto, que os autores do trabalho (ACCURSO, coord.; s. d.), em sua crítica à tese da especialização, vão bem além dos argumentos de ordem quantitativa aqui alinhados.

da matriz industrial do País completar-se no espaço econômico paulista pode ser compreendido como simples desdobramento do processo em curso.

Concluindo, é interessante ter presente que os sinais de desconcentração econômica verificados nos anos 70 e as profundas modificações originárias da chamada Terceira Revolução Industrial abrem um espaço propício para que surjam novas oportunidades na divisão regional do trabalho. Entretanto, no horizonte próximo, nada aponta no sentido de desconsiderar a afirmação de Diniz e Lemos (1986, p.40), segundo a qual não se trata mais de saber

"(...) como diversificar e integrar a indústria de uma região, mas, sim, diferentemente, estabelecer as bases mínimas para a especialização e inserção dinâmica na divisão inter-regional do trabalho que tenha, desde logo, como referência prévia, a existência de um centro dominante".

2 - Estrutura industrial do Rio Grande do Sul — 1970-85

Esta segunda parte do artigo faz uma caracterização da estrutura industrial do Rio Grande do Sul com base nas informações disponíveis nos censos industriais que cobrem o período 1970-85.

O fio condutor da análise é o conjunto de modificações ocorridas no interior da indústria de transformação do Estado, examinadas a partir do nível e da evolução de alguns indicadores da estrutura industrial, tais como o valor da produção e da transformação, emprego, salários e produtividade para os gêneros da indústria e para as categorias de uso. Na maioria das vezes, esses indicadores serão comparados com os da média da indústria estadual e com os da indústria do País, de tal forma que permita a identificação de algumas semelhanças e diferenças entre as estruturas industriais gaúcha e brasileira, tanto no que se refere à composição da produção quanto ao seu desempenho ao longo do período.

2.1 - A composição da produção industrial no Rio Grande do Sul

A indústria de transformação do Rio Grande do Sul ingressa nos anos 70 com uma estrutura mais consolidada, resultado de modificações que ocorreram nas duas décadas anteriores. Podem-se considerar tais modificações como adaptações frente às profundas alterações estruturais que ocorreram na indústria do centro do País, com a implantação de segmentos industriais dos setores produtores de bens duráveis de consumo e de bens de capital no final dos anos 50.

Como se sabe, data desse período a instalação das indústrias automobilística, de construção naval, de material elétrico pesado e de outras máquinas e equipamentos, bem como a expansão dos ramos siderúrgicos, metais não ferrosos, química pesada, petróleo, papel e papelão, que deram uma nova configuração à indústria do País, especialmente àquela localizada na Região Sudeste. Isso resultou numa matriz indus-

trial que se assemelhava à dos países mais avançados, uma vez que os ramos metal-mecânico e químico ganharam importância relativa ao lado da perda de posição das indústrias tradicionais no conjunto da produção industrial. Ou, sob a ótica do uso, verificaram-se os crescentes ganhos de participação dos segmentos produtores de bens produção e de bens duráveis, juntamente com a queda na posição dos ramos fabricantes de bens não duráveis de consumo. Em 1959, as indústrias produtoras de bens de produção e de bens duráveis de consumo eram responsáveis por cerca de 56% da produção industrial. Essa participação se elevou na década seguinte, alcançando aproximadamente 70% em 1985 (Tabela 2).⁸

A despeito de não ter ocorrido no Rio Grande do Sul a instalação de segmentos industriais de grande porte, especialmente os voltados para a produção de bens duráveis, semelhantes àqueles que se efetivaram no centro do País, a indústria estadual reagiu favoravelmente ao padrão de crescimento definido no final dos anos 50.⁹

Tabela 2

Participação percentual no Valor da Transformação Industrial (VTI)
da indústria de transformação do Brasil, por categoria
de uso — 1959-1985

CATEGORIAS DE USO	1959	1970	1975	1980	1985
Bens duráveis	7,85	10,94	8,73	9,59	8,96
Bens não duráveis . . .	43,43	39,15	32,16	30,55	30,48
Bens intermediários .	38,19	38,36	42,58	42,58	45,35
Bens de capital	10,53	11,54	16,53	17,30	16,05

FONTE: ACCURSO, Cláudio F., coord. (s.d.). **Avaliação geral do setor industrial do Rio Grande do Sul**: período 1960-85. Porto Alegre: IEPE/UFRGS. (Mimeo).
CENSO INDUSTRIAL 1985: BRASIL(1990). Rio de Janeiro, IBGE.

⁸ A composição da produção industrial brasileira assemelha-se à dos países mais avançados, onde o percentual de participação dos ramos metal-mecânico e químico fica em torno de 65% e 70% (Furtado, 1990, p. 33).

⁹ Entre 1959 e 1980, a taxa média de crescimento do Valor da Transformação Industrial do Rio Grande do Sul foi de 8,8% a.a., e a do Brasil, 8,3%.

O que se verifica nesse período é, basicamente, uma adequação da produção de segmentos industriais já existentes e, de certa forma, "tradicionais" à estrutura industrial do Estado. Isso, porém, não significa a ausência da entrada em funcionamento de novas unidades produtivas vinculadas a esses segmentos.

Será somente na década de 80 que empresas de novos segmentos industriais entrarão em funcionamento no Rio Grande do Sul, notadamente as do Pólo Petroquímico e as da área da microeletrônica e informática, cujos efeitos gerados para outras categorias de indústrias possuem uma relativa capacidade dinamizadora de seus níveis de atividade.

As adequações que ocorreram na estrutura industrial do Estado, e que começaram a ficar mais sedimentadas no início dos anos 70, resultaram numa expressiva expansão dos ramos metal-mecânico e químico. Dentre estes, deve-se destacar, primeiramente, os segmentos fabricantes de bens de capital, cuja participação no total da produção industrial do Estado era de 3,9% em 1959, passando para 10,4% em 1970 e 15% em 1985 (Tabela 3).

A importância assumida por essa categoria provoca, de um lado, os acréscimos na sua participação na produção brasileira de bens de capital — em 1959, o Estado detinha cerca de 3% do valor da transformação da oferta nacional de bens de capital, elevando essa participação para 6% em 1970 e 8% em 1985 —, de outro, lhe confere uma participação no total da produção industrial do Estado semelhante à desse setor na indústria brasileira. No Brasil, a categoria de indústrias fabricantes de bens de capital participava com 11% em 1970, passando para 16% em 1985.

Tabela 3

Participação percentual no VTI da indústria de transformação do Rio Grande do Sul, por categorias de uso — 1959-1985

CATEGORIAS DE USO	1959	1970	1975	1980	1985
Bens duráveis	8,83	8,72	7,74	8,07	7,37
Bens não duráveis ...	55,12	46,22	36,00	41,90	42,42
Bens intermediários .	32,11	34,70	38,87	36,12	34,77
Bens de capital	3,94	10,37	17,39	13,91	15,43

FONTE: ACCURSO, Cláudio F., coord. (s.d.). **Avaliação geral do setor industrial do Rio Grande do Sul: período 1960-85.** Porto Alegre: IEPE/UFRGS. (Mimeo).
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

Os segmentos mais representativos da indústria de bens de capital no Estado eram, em 1970, a fabricação de máquinas e implementos agrícolas e a fabricação de carrocerias para veículos automotores, secundados pela produção de máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e aparelhos industriais. Principalmente os dois primeiros experimentaram um crescimento significativo no período, estimulados, de um lado, pelo desempenho do setor agrícola e pela política governamental de apoio a suas atividades e, de outro, pelo rápido crescimento das indústrias do centro do País.

Ambos os casos não podem ser considerados como segmentos novos à estrutura industrial gaúcha. Trata-se de indústrias já existentes e de certa forma "tradicionais" do ramo metal-mecânico estadual, que, dadas as novas diretrizes vigentes do modelo de crescimento daquele período, adequaram sua produção de forma a atender a uma demanda efetiva e potencial crescente. Deve-se notar que grande parte dessas unidades produtivas iniciaram suas atividades como pequenas empresas familiares voltadas para a simples fabricação de peças de reposição e assistência técnica e, no período em análise, evoluíram para a produção de equipamentos mais sofisticados (ALMEIDA, MARCANTONIO, LIMA, 1986, p.170).

No que se refere especificamente às máquinas-ferramentas, máquinas operatrizes e aparelhos industriais, os estabelecimentos industriais gaúchos estavam voltados, no início dos anos 70, para a fabricação de equipamentos de reduzida dimensão, notadamente os destinados às atividades mais tradicionais, como as do ramo alimentar, vestuário e calçados, e as de metal-mecânica de porte reduzido, bem como a fabricação de alguns equipamentos leves para a indústria química (ALMEIDA, MARCANTONIO, LIMA, 1986, p.124).

Assim, a despeito de reproduzir a estrutura nacional, a indústria de bens de capital do Estado possuía uma composição interna marcadamente diferente da do conjunto da indústria brasileira e, mais especificamente, da do centro do País, onde eram fabricados os equipamentos de grande porte e mais sofisticados tecnologicamente. As peculiaridades dessa categoria de indústrias no Estado, no entanto, não impediram um expressivo ritmo de expansão, mas, ao contrário, aproveitaram o dinamismo de alguns nichos de especializações para os quais se voltaram, que estavam fortemente relacionados com as atividades econômicas do próprio Estado, porém também de acordo com as diretrizes do modelo de crescimento brasileiro.

No que se refere à produção de bens intermediários, a participação na produção industrial do Estado em 1970 era de 35%, pouco abaixo do peso relativo dessa categoria a nível nacional (Tabelas 2 e 3). O elevado peso relativo dessa categoria de indústrias (39%, 36%, e 35% em 1975, 1980 e 1985 respectivamente) evidencia, mais uma vez, a importância dos complexos metal-mecânico e químico na estrutura industrial gaúcha.¹⁰ Deve-se notar que, assim como na indústria brasileira, esse compartimento

¹⁰ O compartimento produtor de bens intermediários é formado pelos gêneros minerais não metálicos, madeira, papel e papelão, borracha, couros, química, matérias plásticas e segmentos do gênero diversos, metalurgia, material elétrico, dos quais aqueles pertencentes à metal-mecânica e à química detêm a maior parcela.

industrial detinha, em 1970 e 1975, a maior participação no Valor da Transformação Industrial. Na década de 80, dado um maior ritmo de crescimento das indústrias fabricantes de bens não duráveis de consumo no Estado, aquelas indústrias adquiriram a segunda participação no Valor da Transformação Industrial.

Examinando-se a composição interna dessa categoria, verificam-se algumas características peculiares à produção gaúcha, que acentuam as diferenças da composição industrial do Rio Grande do Sul em relação à indústria de transformação brasileira. Nesse grupo, a maior parcela da produção (cerca de 40%) provinha dos segmentos: combustíveis e lubrificantes; adubos, fertilizantes e corretivos do solo; e a produção de óleos vegetais em bruto (principalmente soja) classificados no gênero química.

A entrada em funcionamento da Refinaria Alberto Pasqualini em 1968 influenciou fortemente o desempenho favorável do segmento produtor de combustíveis e lubrificantes. Os outros dois, estreitamente ligados à agricultura pelo lado da oferta de insumos e da transformação de produtos agrícolas, responderam positivamente aos estímulos advindos do setor agrícola. Deve-se notar que, até o início dos anos 60, ambos tinham um peso insignificante no conjunto dos bens intermediários e na indústria de transformação do Estado (ACCURSO, coord., s.d., p. 113).

A parcela da metalúrgica incluída nos bens intermediários respondia por cerca de 20% da produção dessa categoria em 1970. Seu dinamismo acompanhou o desempenho das demais indústrias e, conseqüentemente, a sua participação na produção total dessa categoria se manteve até o final da década. A maior parte da produção desse segmento direciona-se, no Estado, para atender à demanda da indústria de máquinas e implementos agrícolas e do setor da construção civil (ACCURSO, coord., s.d., p. 11).

Do conjunto de indústrias que compõe o ramo metal-mecânico e químico, resta tecer algumas considerações a respeito daquelas que integram o setor fabricante de bens duráveis de consumo no Estado. Aqui reside uma das maiores diferenciações em termos de composição interna da produção quando se compara com o resto do País. No Rio Grande do Sul, em 1970, cerca de 60% da produção de bens duráveis provinha de segmentos da metalúrgica (fabricação de fogões e artigos de cutelaria) e da indústria moveleira, sendo a expansão desta última mais significativa do que a parcela da metalúrgica incluída nessa categoria. Portanto, como não se verificou a implantação das grandes unidades produtivas das indústrias de material elétrico e de comunicações e de material de transporte, como ocorreu no centro do País no final dos anos 50, o espaço ocupado pela produção de bens duráveis do Estado difere daquele conquistado pelas empresas localizadas na Região Sudeste. Mais uma vez, o maior dinamismo ocorreu nas indústrias já instaladas e tradicionais à estrutura do Estado. O que, provavelmente, deve ter ocorrido no final dos anos 60 e ao longo da década seguinte foi uma modernização e adequação de seus produtos para atender a um mercado mais amplo e diversificado.

Finalmente, a categoria de bens não duráveis de consumo, em seu conjunto, perde a importância na produção industrial do Estado, dado o rápido ritmo de crescimento das outras categorias, notadamente entre 1970 e 1975. Entre 1950 e 1985, a participação das indústrias na produção industrial do Estado passa de 55% para 42%, ficando sempre um pouco acima do peso relativo dessa categoria a nível nacional (Tabelas 2 e 3).

Esta análise das atividades industriais do Estado de acordo com as finalidades dos produtos fabricados mostra que parcelas importantes e crescentes de sua produção industrial são originárias do grupo metal-mecânico e químico.

Através do exame da estrutura da indústria gaúcha por gêneros industriais, verifica-se que, ao longo do período, cerca de 60% da produção está concentrada em produtos alimentares, química, metalúrgica, vestuário e calçados e mecânica (Tabela 4).¹¹ Com exceção de química, são esses os gêneros de maior absorção de mão-de-obra.

Dentre esses cinco gêneros de maior participação na produção industrial do Estado, vestuário e calçados, produtos alimentares e mecânica respondem por uma importante e crescente parcela da respectiva produção nacional.

Tabela 4

Participação percentual dos gêneros no total do VTI e do pessoal ocupado na produção da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 1970-1985

GÊNEROS	1970		1975		1980		1985	
	Pessoal Ocupado	VTI	Pessoal Ocupado	VTI	Pessoal Ocupado	VTI	Pessoal Ocupado	VTI
Produtos de minerais não-metálicos	5,40	3,53	5,04	3,70	5,03	3,02	2,99	2,08
Metalúrgica	11,81	10,67	11,65	9,66	9,96	9,28	7,95	9,06
Mecânica	6,56	6,76	9,71	11,45	9,55	9,67	8,37	11,80
Material elétrico e de comunicações	2,40	3,23	2,71	3,32	2,78	3,20	2,58	3,31
Material de transporte	3,68	3,94	5,44	5,74	4,53	4,15	3,23	3,35
Madeira	6,06	4,45	5,46	4,37	4,51	2,98	3,32	1,58
Mobiliário	4,04	2,55	3,62	2,66	4,65	3,30	4,07	2,71
Papel e papelão	2,15	1,51	1,87	1,98	1,78	2,07	1,63	2,36
Borracha	1,23	1,10	1,04	0,93	1,20	1,32	1,22	2,44
Couro e peles e produtos similares	3,93	3,38	4,12	2,75	3,65	2,54	4,29	3,23
Química	3,28	11,27	2,51	15,45	2,45	14,30	2,45	13,28
Produtos farmacêuticos e veterinários	0,31	0,50	0,27	0,58	0,29	0,40	0,21	0,40
Perfumarias, sabões e velas	0,36	0,50	0,31	0,40	0,25	0,57	0,25	0,47
Produtos de matérias plásticas	0,58	0,62	1,07	0,95	1,39	1,42	1,77	1,42
Têxtil	4,86	3,77	3,77	2,69	3,48	2,66	1,81	1,80
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	17,09	8,92	17,98	7,62	21,78	11,59	33,72	14,28
Produtos alimentares	17,30	21,29	15,53	15,61	15,68	18,89	13,77	17,04
Bebidas	2,61	4,92	1,80	2,97	1,46	3,13	1,43	2,77
Fumo	1,49	2,73	1,43	3,18	0,82	2,55	0,85	3,72
Editorial e gráfica	2,84	2,70	2,20	2,21	1,83	1,43	1,46	1,18
Diversos	2,04	1,66	2,49	1,80	2,94	1,53	2,63	1,71
TOTAL	100	100	100	100	100	100	100	100

FONTE DOS DADOS BRUIOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

¹¹ Produtos alimentares e metalúrgica sofrem uma queda entre 1970 e 1985, no entanto continuam a responder por uma parcela importante da produção industrial brasileira.

No período em que foram gestadas as adequações da produção industrial ao novo padrão de crescimento do País e que resultaram numa estrutura industrial mais sedimentada em 1970, alguns aspectos merecem destaque:

- o primeiro diz respeito à participação do Estado na produção industrial do País. Considerando o ano de 1970, como o ponto em que as adequações realizadas já começaram a surtir efeitos em termos da composição e do desempenho industrial do Estado, verifica-se que há uma perda de posição do Rio Grande do Sul no conjunto da indústria brasileira em relação a 1949. Nesse ano, o Estado era responsável por 8% do Valor da Transformação Industrial da indústria brasileira, caindo para 7% em 1959 e para 6,3% em 1970. A partir daí, a produção industrial gaúcha vai aumentando gradativamente sua participação na oferta nacional de produtos industrializados, alcançando 8% em 1985, ou seja, o mesmo peso que detinha em 1949;
 - em termos da participação de cada compartimento industrial no valor da transformação do conjunto da indústria, o Rio Grande do Sul assemelha-se ao Brasil no que se refere à produção de bens de capital e de bens duráveis. Já a produção de bens não duráveis tem um peso maior no Estado, nos anos de 1980 e 1985, enquanto no País os bens intermediários detêm a maior parcela da produção de industrializados nesses dois anos;
 - não obstante a semelhança nas participações dos diversos conjuntos de indústrias, o setor industrial do Estado não pode ser considerado uma reprodução em escala menor do setor a nível nacional, pois, como foi assinalado anteriormente, a composição interna das categorias é diferente;
 - o intenso crescimento industrial do Estado no período pós 1970 (que acompanha o verificado para a indústria nacional) é o resultado das adaptações realizadas no interior de alguns ramos no período anterior. Disso decorreu um ritmo médio de expansão expressivo diante do comportamento do setor industrial, aumentando o peso relativo desses ramos no Estado e, em alguns casos, na produção nacional.
- Todavia o exame de alguns indicadores evidenciam algumas peculiaridades nessa *performance* da indústria gaúcha, que a diferencia do setor industrial brasileiro, como será visto logo a seguir.

2.2 - As características do crescimento industrial

Como assinalado anteriormente, no período 1959-85, a indústria gaúcha apresentou uma taxa de crescimento semelhante à da indústria brasileira. Entretanto, ao se subdividir esse período de acordo com as informações censitárias e agrupando-as sob a ótica do uso, constata-se que, entre 1959 e 1970, no Rio Grande do Sul, o maior dinamismo coube às indústrias fabricantes de bens de capital e de bens intermediários, enquanto no Brasil o ritmo mais intenso de crescimento ficou com as produtoras de bens duráveis de consumo e de bens intermediários (Tabelas 5 e 6). Já nos cinco primeiros anos da década de 70, os setores produtores de bens de capital e de intermediários em ambas as indústrias foram os de maior ritmo de crescimento, ao passo que, entre 1975 e 1980, se destaca no Estado o dinamismo da categoria de indústrias produtoras de bens de consumo não duráveis diante do setor industrial tanto estadual quanto nacional.

Tabela 5

Taxas de crescimento médio anual do VTI, por categorias de uso,
da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 1959-85

CATEGORIAS DE USO	1959-70	1970-75	1975-80	1980-85	1959-85
Bens duráveis	6,43	17,86	10,86	-0,20	8,05
Bens não duráveis ..	4,87	14,80	13,35	1,87	7,71
Bens intermediários	7,31	23,45	8,36	0,85	9,14
Bens de capital	16,36	33,83	5,15	3,76	14,67
TOTAL	6,56	20,68	9,96	1,62	8,80

FONTE: ACCURSO, Cláudio F., coord. (s.d.). **Avaliação geral do setor industrial do Rio Grande do Sul**: período 1960-85. Porto Alegre: IEPE/UFRGS. (Mimeo).

CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 6

Taxas de crescimento médio anual do VTI, por categorias de uso,
da indústria de transformação do Brasil — 1959-85

CATEGORIAS DE USO	1959-70	1970-75	1975-80	1980-85	1959-85
Bens duráveis	10,78	11,48	11,42	-0,17	8,84
Bens não duráveis ..	6,48	12,12	8,23	1,15	6,82
Bens intermediários	7,54	19,09	9,35	2,09	8,93
Bens de capital	8,39	25,31	10,36	-0,32	10,06
TOTAL	7,49	16,63	9,35	1,19	8,29

FONTE: ACCURSO, Cláudio F., coord. (s.d.). **Avaliação geral do setor industrial do Rio Grande do Sul**: período 1960-85. Porto Alegre: IEPE/UFRGS. (Mimeo).

CENSO INDUSTRIAL 1985: BRASIL(1990). Rio de Janeiro, IBGE.

Nos primeiros anos da década de 80, foi marcante a queda no crescimento industrial do País. No Rio Grande do Sul, a indústria de bens de capital foi uma exceção, pois, apesar da conjuntura da época, apresentou um modesto dinamismo (4% a.a. entre 1980 e 1985).

A busca de adequação da produção industrial do Rio Grande do Sul às transformações estruturais ocorridas no centro do País a partir de meados da década de 50 provocou um aumento no diferencial dos níveis de produtividade média entre a indústria gaúcha e a indústria brasileira. Em 1949, esse diferencial era insignificante, ao passo que, em 1959, a indústria brasileira possuía uma produtividade média 6% acima da apresentada pela indústria estadual, aumentando para 30% em 1970. A partir daí, o crescimento da produtividade média de ambas as indústrias ocorreu aproximadamente com a mesma intensidade (4% no Rio Grande do Sul e 4,3% no Brasil, entre 1970 e 1985), portanto, com a manutenção do diferencial entre os seus níveis.

De um modo geral, pode-se dizer que os fatores que determinam os níveis da produtividade do trabalho são os graus de mecanização e de automação da produção e as formas de organização do trabalho. Assim, a produtividade do trabalho é diretamente influenciada pelas inovações tecnológicas absorvidas no processo produtivo.

Deve-se ainda ressaltar que as inovações tecnológicas inerentes a cada atividade industrial têm impactos diferenciados sobre os níveis de produtividade de cada ramo da indústria, ocasionando uma heterogeneidade tecnológica entre os ramos industriais.

Como assinalado anteriormente, no final dos anos 50 ocorreu no centro do País a instalação e a rápida expansão de segmentos industriais produtores de bens de consumo duráveis, de intermediários e de máquinas e equipamentos, a maioria de grande porte. De um modo geral, a mecanização e a automação da produção são intrínsecas às escalas produtivas das unidades acima referidas, ocasionando, conseqüentemente, a obtenção de incrementos de produtividade.

Pode-se concluir, portanto, que aí reside a causa do aumento no diferencial de produtividade média do trabalho entre a indústria gaúcha e a brasileira, uma vez que os segmentos que se expandiram no Estado o fizeram através de unidades produtivas de menor tamanho, com menor grau de mecanização da produção e, muitas vezes, atividades cujos requisitos tecnológicos eram menos avançados.

Examinando-se as Tabelas 7 e 8, é possível identificar algumas exceções.¹² Os seguintes gêneros industriais do Rio Grande do Sul apresentaram níveis de produtividade mais elevados do que seus congêneres nacionais nos anos mencionados entre parênteses: mecânica (1985), madeira (1970, 1975 e 1980), mobiliário (1980 e 1985), borracha (1985), couros (1970, 1975, 1980 e 1985), bebidas (1980 e 1985) e fumo (1975, 1980 e 1985).

¹² Deve-se aqui ressaltar que uma análise mais desagregada possibilitaria identificar com maior nitidez os diferenciais de produtividade que a nível de gêneros somente transparecem de forma tênue ou não chegam a ser realçados.

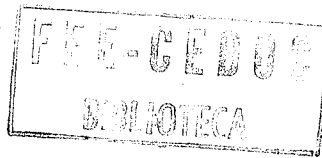


Tabela 7

Produtividade média do pessoal ocupado na produção da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 1970-1985

GÊNEROS	1970		1975		1980		1985	
	VII POP(1)	P Índice PI=100	VII POP(1)	P Índice PI=100	VII POP(1)	P Índice PI=100	VII POP(1)	P Índice PI=100
Produtos de minerais não-metálicos	73,88	65,38	129,48	73,48	130,51	60,04	141,80	69,52
Metalúrgica	102,13	90,39	146,17	82,96	202,52	93,17	232,47	113,97
Mecânica	116,36	102,98	207,74	117,90	220,12	101,27	287,69	141,04
Material elétrico e de comunicações	152,38	134,86	216,45	122,84	250,09	115,06	262,00	128,45
Material de transporte	120,96	107,05	186,06	105,60	198,96	91,53	211,14	103,51
Madeira	82,98	73,44	140,87	79,95	143,74	66,13	96,85	47,48
Mobiliário	71,38	63,18	129,28	73,37	154,38	71,03	135,90	66,62
Papel e papelão	79,44	70,30	186,79	106,01	252,01	115,94	294,65	144,46
Borracha	100,73	89,15	157,99	89,67	238,32	109,64	409,49	200,76
Couros e peles e produtos similares	97,22	86,05	117,78	66,84	151,51	69,70	153,54	75,27
Química	388,58	343,91	1 083,22	614,78	1 267,19	582,99	1106,70	542,57
Produtos farmacêuticos e veterinários	184,97	163,70	378,95	215,07	298,79	137,46	402,10	197,14
Perfumarias, sabões e velas	157,85	139,70	223,43	126,81	504,54	232,12	374,08	183,40
Produtos de matérias plásticas	122,08	108,05	155,98	88,52	221,00	101,67	163,71	80,26
Têxtil	87,58	77,51	125,82	71,41	166,15	76,44	203,40	99,72
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	58,99	52,21	74,72	42,41	115,65	53,21	86,37	42,34
Produtos alimentares	139,01	123,03	177,08	100,50	261,94	120,51	252,45	123,77
Bebidas	213,42	188,88	290,19	164,70	465,99	214,39	394,08	193,20
Fumo	206,78	183,01	390,85	221,82	677,36	311,63	898,65	440,57
Editorial e gráfica	107,17	94,85	176,92	100,41	170,22	78,31	164,25	80,52
Diversos	91,89	81,32	127,14	72,16	113,07	52,02	132,64	65,03
TOTAL	112,99	100	176,20	100	217,36	100	203,97	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Pessoal Ocupado na Produção (POP)

Tabela 8

Produtividade média do pessoal ocupado na produção da indústria de transformação do Brasil -- 1970-1985

GÊNEROS	1970		1975		1980		1985	
	VIT POP(1)	P _{índice} IT=100	VIT POP(1)	P _{índice} IT=100	VIT POP(1)	P _{índice} IT=100	VIT POP(1)	P _{índice} IT=100
Produtos de minerais não-metálicos	102,53	69,43	178,30	80,97	185,20	69,94	178,63	64,42
Metalúrgica	163,15	110,48	229,19	104,08	275,25	103,94	327,52	118,12
Mecânica	148,09	100,28	208,27	94,58	232,82	87,92	239,41	86,34
Material elétrico e de comunicações ..	176,05	119,21	258,70	117,48	352,14	132,98	376,20	135,67
Material de transporte	189,47	128,30	225,81	102,55	321,98	121,59	285,93	103,12
Madeira	73,78	49,96	127,87	58,07	138,55	52,32	103,88	37,46
Mobiliário	82,97	56,18	127,09	57,71	140,74	53,14	111,69	40,28
Papel e papelão	143,93	97,46	239,90	108,94	328,14	123,91	340,05	122,64
Borracha	232,96	157,75	292,78	132,96	277,43	104,76	395,55	142,66
Couros e peles e produtos similares	92,84	62,87	115,64	52,51	142,31	53,74	147,57	53,22
Química	392,81	265,99	821,11	372,88	1 226,01	462,96	1 201,63	433,36
Produtos farmacêuticos e veterinários	522,89	354,07	762,02	346,04	642,07	242,46	798,07	287,82
Perfumarias, sabões e velas	351,30	237,88	516,93	234,75	523,04	197,51	502,41	181,19
Produtos de matérias plásticas	164,24	111,21	227,07	103,12	242,64	91,63	222,15	80,12
Têxtil	95,21	64,47	138,74	63,00	194,78	73,55	230,49	83,13
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	75,29	50,98	97,76	44,40	126,80	47,88	105,99	38,22
Produtos alimentares	149,36	101,14	217,30	98,68	273,69	103,35	272,56	98,30
Bebidas	180,08	121,94	331,71	150,64	344,10	129,94	298,64	107,70
Fumo	336,30	227,72	382,11	173,52	503,10	189,98	546,13	196,96
Editorial e gráfica	163,58	110,77	292,91	133,02	260,69	98,44	219,00	78,98
Diversos	131,65	89,15	172,57	78,37	150,58	56,86	236,40	85,26
TOTAL	147,68	100	220,21	100	264,82	100	277,28	100

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1981). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Brasil (1990). Rio de Janeiro, IBGE.

(1) Pessoal Ocupado na Produção (POP).

Não obstante a taxa de crescimento da produtividade média da indústria gaúcha ser semelhante à da indústria brasileira no período 1970-85, a evolução desse indicador para alguns gêneros do Estado ocorreu de forma distinta de seus congêneres nacionais. Isso é o resultado de suas composições internas e do nível tecnológico alcançado, o que, juntamente com o peso de cada atividade industrial, determina a dispersão da produtividade em torno da média da indústria de transformação. Assim, no Estado, dados os distintos ritmos de crescimento da produtividade dos gêneros industriais e seus pesos em relação ao Brasil, verifica-se, a partir de 1975, uma maior dispersão em torno da produtividade média da indústria.¹³ Ou seja, a diferenciação entre as atividades de baixa e de alta produtividades torna-se mais acentuada no Estado.

Como em 1970 a dispersão da produtividade era menor na indústria gaúcha do que na brasileira,¹⁴ pode-se inferir que, nesses primeiros cinco anos da década de 70, a produtividade evoluiu de maneira mais homogênea entre os gêneros no Brasil que no Estado. Provavelmente, porque as adequações na produção industrial gaúcha ao longo dos anos 50 e 60 através da introdução de novos produtos, basicamente a partir da mesma base produtiva, foram bastante específicas a determinados ramos industriais, gerando, assim, nichos de especializações, com expressivo dinamismo e níveis de produtividade que se diferenciavam da média industrial.

Da mesma forma que a indústria do Rio Grande do Sul apresenta diferenciais de produtividade elevados em relação ao conjunto das atividades industriais do País, os salários médios pagos na produção são menores do que os verificados para a indústria brasileira, embora suas taxas de crescimento entre 1970 e 1985 sejam semelhantes. Pode-se, assim, deduzir que os menores salários pagos no Estado amenizam os efeitos dos baixos níveis de produtividade para a manutenção do potencial interno de acumulação da indústria gaúcha. Notadamente, tais diferenciais de salários oferecem maiores vantagens para aquelas indústrias cuja participação dos mesmos nas despesas industriais for relativamente elevada. Isso mereceria uma análise mais desagregada dos gêneros, de forma a possibilitar o exame das condições da indústria gaúcha. Todavia, em termos gerais, pode-se inferir que tais diferenças salariais beneficiam a *performance* industrial do Estado, na medida em que uma grande parcela de sua produção advém da categoria fabricante de bens não duráveis de consumo e de empresas de pequeno e médio portes, produtoras de bens de capital e de bens duráveis, que apresentam as maiores taxas de absorção de mão-de-obra da indústria de transformação.

Os dois gêneros de mais alta produtividade no Rio Grande do Sul (química e fumo), em 1985, são os que apresentam os menores coeficientes de participação dos salários no produto e pagam salários médios na produção mais elevados.¹⁵ Já os gêneros com

¹³ Em relação à produtividade, o coeficiente de variação dos gêneros industriais no Rio Grande do Sul era 0,90 (ou 90%), e no Brasil, 0,67 (ou 67%) em 1975; e 0,82 (ou 82%) no Rio Grande do Sul e 0,74 (ou 74%) no Brasil em 1985.

¹⁴ O indicador de dispersão relativa era de 0,54 no Rio Grande do Sul e de 0,61 no Brasil em 1970.

¹⁵ A participação dos salários no Valor da Transformação Industrial, no Rio Grande do Sul, é semelhante à verificada para os gêneros e o total da indústria brasileira. Em ambos os casos, essa participação é decrescente entre 1970 e 1985, ficando em torno de 19% neste último ano em termos da participação dos salários totais e em torno de 12%, considerando os salários pagos na produção. Deve-se notar que, para os países industrializados, o valor médio dessa participação é de 49%.

baixa produtividade média do trabalho possuem altos coeficientes de participação dos salários no produto (acima da média da indústria de transformação) e menores salários médios na produção.

Algumas exceções poderiam ser identificadas quando se relacionam níveis de produtividade e salários médios pagos na produção nos diversos gêneros industriais, a partir de uma análise mais desagregada. No entanto, considerando o nível de agregação que se utiliza neste artigo, a regra é a relação direta entre os níveis de produtividade e do salário médio, tanto para a indústria gaúcha como para a brasileira. Essa relação pode ser explicada através da complexidade do processo de trabalho de algumas atividades industriais, ou do simples fato de uma produtividade superior possibilitar o pagamento de salários mais elevados.

Como assinalado anteriormente, a entrada em funcionamento do Pólo Petroquímico e de empresas da área de microeletrônica e informática nos anos 80 caracterizou as principais modificações na estrutura industrial do Rio Grande do Sul nessa década. Todavia tais modificações não podem ser captadas em sua magnitude através das informações censitárias agrupadas nos gêneros industriais. Faz-se, portanto, necessária uma investigação com base em dados mais desagregados, que ainda não se encontram disponíveis para o ano de 1985. No entanto cabe ressaltar a excelente *performance* do gênero borracha, que apresentou a taxa de crescimento mais elevada da indústria de transformação gaúcha em 1980-85 (15% a.a.), duplicando a sua participação no total da produção industrial do Estado e ampliando a sua parcela na oferta nacional desse ramo. Pode-se inferir que tal dinamismo decorreu de um estreitamento das relações entre essas indústrias e a petroquímica estadual; ou seja, a maior disponibilidade na oferta de produtos petroquímicos estimulou o crescimento da produção de segmentos a eles vinculados.



Em suma, através de suas especificidades, a indústria do Rio Grande do Sul integrou-se ao padrão de acumulação industrial do País a partir da segunda metade dos anos 50. Entretanto, como examinado anteriormente, as adequações na produção industrial ocorreram com um lapso de tempo maior e com uma certa defasagem em relação às transformações ocorridas no centro do País, o que não impediu o dinamismo de seu desempenho no período pós 1970.

Como referido anteriormente, é oportuno ter-se presentes as transformações tecnológicas que ora ocorrem nas diversas atividades do setor industrial. Tais transformações, ao modificarem e criarem produtos e processos produtivos, acabam por repercutir na estrutura industrial, fazendo com que segmentos até então detentores de pequenas parcelas da produção industrial passem a apresentar um maior ritmo de crescimento e uma participação crescente na indústria de transformação. Em decorrência, pode-se inferir que, novamente, os parques fabris regionais passarão por um processo de ajustamento nas suas composições estruturais. Os limites e os avanços desse processo dependerão da estrutura industrial existente e da capacidade de selecionar e desenvolver oportunidades produtivas na nova matriz industrial.

Tabela 9

Salário médio do pessoal ocupado na produção da indústria
de transformação do Rio Grande do Sul — 1970-1985

GÊNEROS	1970	1975	1980	1985
Produtos de minerais não-metálicos	14,28	18,97	23,02	18,00
Metalúrgica	22,13	28,55	33,43	31,22
Mecânica	23,48	35,50	43,95	39,24
Material elétrico e de comunicações ..	22,37	32,21	34,51	34,52
Material de trans- porte	25,46	33,61	42,07	47,92
Madeira	16,04	21,26	24,06	17,74
Mobiliário	16,60	20,49	23,85	18,54
Papel e papelão	15,58	25,40	29,63	32,33
Borracha	16,34	24,98	34,73	29,06
Couros, peles e pro- dutos similares ..	17,06	21,55	26,37	23,95
Química	30,68	38,34	53,80	61,99
Produtos farmacêuti- cos e veterinários	21,76	34,19	38,77	30,09
Perfumarias, sabões e velas	18,57	17,00	22,88	21,42
Produtos de matérias plásticas	23,25	21,46	26,36	22,43
Têxtil	18,62	21,31	26,04	26,71
Vestuário, calçados e artefatos de te- cidos	14,90	18,92	21,96	18,85
Produtos alimentares	18,01	18,95	20,56	19,53
Bebidas	25,71	27,54	34,66	28,89
Fumo	29,22	28,30	54,75	53,41
Editorial e gráfica	23,55	33,37	36,01	28,43
Diversos	18,05	26,41	28,89	21,30
TOTAL	19,23	24,73	28,88	25,39

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul
 (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul
 (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul
 (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul
 (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 10

Salário médio do pessoal ocupado na produção da indústria
de transformação do Brasil — 1970-1985

GÊNEROS	1970	1975	1980	1985
Produtos de minerais não-metálicos	18,71	23,11	26,39	21,99
Metalúrgica	29,46	36,79	42,90	39,59
Mecânica	37,57	51,09	60,73	54,74
Material elétrico e de comunicações...	34,06	38,22	42,59	44,51
Material de trans- porte	40,42	46,46	53,80	52,75
Madeira	15,16	19,26	20,70	16,13
Mobiliário	19,25	22,94	24,70	18,60
Papel e papelão	26,28	31,51	38,68	38,38
Borracha	29,88	33,63	44,93	43,49
Couros, peles e pro- dutos similares ..	18,62	21,40	25,35	21,05
Química	40,67	45,14	61,18	57,41
Produtos farmacêuti- cos e veterinários	32,77	38,11	43,51	41,63
Perfumarias, sabões e velas	24,30	30,02	33,58	30,87
Produtos de matérias plásticas	23,67	28,50	31,76	27,95
Têxtil	20,43	24,50	29,81	26,00
Vestuário, calçados e artefatos de te- cidos	16,21	18,46	21,13	17,01
Produtos alimentares	17,48	20,38	22,80	21,25
Bebidas	23,93	26,69	34,53	28,22
Fumo	29,79	25,82	41,12	39,19
Editorial e gráfica	36,34	39,98	44,81	36,37
Diversos	24,03	41,69	47,63	26,90
TOTAL	25,26	31,82	37,23	32,67

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1981). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.

CENSO INDUSTRIAL 1985: Brasil (1990). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 11

Participação dos salários do pessoal ocupado na produção no VTI da indústria de transformação do Rio Grande do Sul — 1970-1985

GÊNEROS	1970	1975	1980	1985
Produtos de minerais				
não-metálicos	19,33	14,65	17,64	12,69
Metalúrgica	21,67	19,53	16,51	13,43
Mecânica	20,18	17,09	19,97	13,64
Material elétrico e de comunicações...	14,68	14,88	13,80	13,17
Material de transporte	21,05	18,07	21,14	22,70
Madeira	19,33	15,09	16,74	18,31
Mobiliário	23,26	15,85	15,45	13,65
Papel e papelão	19,61	13,60	11,76	10,97
Borracha	16,22	15,81	14,57	7,10
Couros, peles e produtos similares ..	17,54	18,30	17,40	15,60
Química	7,89	3,54	4,25	5,60
Produtos farmacêuticos e veterinários	11,76	9,02	12,98	7,48
Perfumarias, sabões e velas	11,76	7,61	4,54	5,72
Produtos de matérias plásticas	19,05	13,76	11,93	13,70
Têxtil	21,26	16,94	15,68	13,13
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	25,25	25,33	18,99	21,82
Produtos alimentares	12,95	10,70	7,85	7,73
Bebidas	12,05	9,49	7,44	7,33
Fumo	14,13	7,24	8,08	5,94
Editorial e gráfica	21,98	18,86	21,15	17,31
Diversos	19,64	20,77	25,55	16,06
TOTAL	17,02	14,04	13,29	12,45

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 12

Participação dos salários do pessoal ocupado na produção no VTI da indústria de transformação do Brasil — 1970-1985

GÊNEROS	1970	1975	1980	1985
Produtos de minerais não-metálicos	18,25	12,96	14,25	12,31
Metalúrgica	18,05	16,05	15,59	12,09
Mecânica	25,37	24,53	26,08	22,86
Material elétrico e de comunicações ..	19,34	14,77	12,10	11,83
Material de transporte	21,33	20,57	16,71	18,45
Madeira	20,55	15,07	14,94	15,53
Mobiliário	23,21	18,05	17,55	16,66
Papel e papelão	18,26	13,14	11,79	11,29
Borracha	13,38	11,49	16,19	10,99
Couros, peles e produtos similares ..	20,06	18,51	17,82	14,27
Química	10,35	5,50	4,99	4,78
Produtos farmacêuticos e veterinários	6,27	5,00	6,78	5,22
Perfumarias, sabões e velas	6,92	5,81	6,42	6,14
Produtos de matérias plásticas	14,41	12,55	13,09	12,58
Têxtil	21,46	17,66	15,30	11,28
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	21,54	18,89	16,67	16,05
Produtos alimentares	11,70	9,38	8,33	7,80
Bebidas	13,29	8,05	10,04	9,45
Fumo	8,86	6,76	8,17	7,18
Editorial e gráfica	22,22	13,65	17,19	16,61
Diversos	18,25	24,16	31,63	11,38
TOTAL	17,10	14,45	14,06	11,78

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1981). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Brasil (1990). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 13

Participação do gênero da indústria de transformação
do Rio Grande do Sul no VTI do respectivo gênero
do Brasil — 1970-1985

GÊNEROS	1970	1975	1980	1985
Produtos de minerais não-metálicos	3,80	4,45	4,12	3,82
Metalúrgica	5,85	5,74	6,17	5,85
Mecânica	6,07	8,33	7,35	10,12
Material elétrico e de comunicações ..	3,80	4,34	3,55	3,45
Material de trans- porte	3,14	6,78	4,30	4,11
Madeira	11,17	11,25	8,74	7,86
Mobiliário	7,71	10,03	14,23	14,93
Papel e papelão	3,74	5,88	5,78	6,34
Borracha	3,56	4,20	8,08	10,45
Couros, peles e pro- dutos similares ..	33,14	39,38	40,54	42,31
Química	7,13	9,63	7,60	6,05
Produtos farmacêuti- cos e veterinários	0,94	1,70	1,95	1,89
Perfumarias, sabões e velas	2,06	2,45	4,69	4,12
Produtos de matérias plásticas	2,10	3,16	4,76	4,99
Têxtil	2,55	3,29	3,29	2,39
Vestuário, calçados e artefatos de te- cidos	16,88	15,14	18,87	21,74
Produtos alimentares	10,00	10,37	12,59	11,19
Bebidas	13,45	12,47	17,86	17,59
Fumo	13,14	22,79	26,22	38,58
Editorial e gráfica	4,65	4,51	4,39	4,79
Diversos	4,99	4,14	4,43	5,04
TOTAL	6,33	7,51	7,72	7,89

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1981). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1985: Brasil (1990). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 14

Taxas de crescimento médio do VTI, por gênero, da indústria de transformação do Brasil — 1959-85

GÊNEROS	1949-59	1959-70	1970-75	1975-80	1980-85
Produtos de minerais não-metálicos	7,08	6,44	18,03	7,23	-4,25
Metalúrgica	10,40	7,32	18,72	7,52	2,22
Mecânica	13,48	14,72	25,88	9,00	-0,80
Material elétrico e de comunicações ..	17,75	10,47	18,18	13,62	2,87
Material de transporte	21,64	7,96	11,48	12,89	-1,76
Madeira	5,19	5,10	20,09	7,16	-8,63
Mobiliário	8,47	7,04	15,41	7,09	-3,23
Papel e papelão	10,72	6,08	16,31	11,30	2,44
Borracha	12,92	3,52	13,04	3,35	9,22
Couros, peles e produtos similares	6,43	2,50	11,88	7,60	5,69
Química	13,47	8,98	21,03	13,55	4,80
Produtos farmacêuticos e veterinários	6,23	10,52	10,24	-0,45	2,33
Perfumarias, sabões e velas	5,98	8,53	11,28	3,82	0,07
Produtos de matérias plásticas	24,24	15,48	20,97	9,80	0,69
Têxtil	2,84	5,09	7,22	9,73	0,23
Vestuário, calçados e artefatos de tecidos	6,22	6,89	19,51	14,41	2,99
Produtos alimentares	5,60	5,57	12,60	9,90	1,92
Bebidas	3,51	5,37	10,75	3,42	-0,55
Fumo	6,69	7,58	11,44	2,30	1,49
Editorial e gráfica	4,94	9,52	16,64	1,36	-3,92
Diversos	8,47	9,30	27,26	5,00	1,32
TOTAL	7,96	7,49	16,63	9,35	1,19

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1950: Brasil (1957). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1960: Brasil (1967). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1970: Brasil (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1975: Brasil (1981). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1980: Brasil (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
 CENSO INDUSTRIAL 1985: Brasil (1990). Rio de Janeiro, IBGE.

Tabela 15

Taxas de crescimento médio anual do VTI da indústria
de transformação do Rio Grande do Sul — 1949-85

GÊNEROS	1949-59	1959-70	1970-75	1975-80	1980-85
Produtos de minerais não-metálicos	7,60	2,63	21,84	5,57	-5,67
Metalúrgica	7,98	8,35	18,30	9,07	1,13
Mecânica	7,26	18,49	34,09	6,30	5,76
Material elétrico e de comunicações ..	38,01	15,00	21,36	9,14	2,32
Material de trans- porte	19,85	13,56	30,09	3,05	-2,65
Madeira	1,98	2,72	20,25	1,88	-10,54
Mobiliário	7,16	7,65	21,66	14,85	-2,29
Papel e papelão	12,30	2,36	27,35	10,91	4,36
Borracha	8,28	7,89	16,83	17,79	14,98
Couros, peles e produtos similares	6,73	6,08	15,81	8,22	6,60
Química	19,09	9,46	28,54	8,28	0,13
Produtos farmacêuti- cos e veterinários	3,04	8,06	23,99	2,35	1,70
Perfumarias, sabões e velas	6,95	2,61	15,18	18,22	-2,51
Produtos de matérias plásticas	18,63	28,88	31,21	19,19	1,68
Têxtil	0,94	7,52	12,83	9,68	-5,98
Vestuário, calçados e artefatos de te- cidos	7,68	7,28	16,94	19,56	5,95
Produtos alimentares	5,95	2,78	13,42	14,24	-0,45
Bebidas	1,44	7,68	9,10	11,14	-0,86
Fumo	6,24	4,91	24,41	5,21	9,64
Editorial e gráfica	5,96	6,62	15,94	0,80	-2,21
Diversos	6,53	9,70	22,59	6,46	3,97
TOTAL	6,66	6,56	20,68	9,96	1,62

FONTE DOS DADOS BRUTOS: CENSO INDUSTRIAL 1950: Rio Grande do Sul (1956). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1960: Rio Grande do Sul (1966). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1970: Rio Grande do Sul (1974). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1975: Rio Grande do Sul (1980). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1980: Rio Grande do Sul (1984). Rio de Janeiro, IBGE.
CENSO INDUSTRIAL 1985: Rio Grande do Sul (1991). Rio de Janeiro, IBGE.

Bibliografia

- ACCURSO, Cláudio F., coord. (s.d.). **Avaliação geral do setor industrial do Rio Grande do Sul: período 1960-85.** Porto Alegre: IEPE/UFRGS. (Mimeo).
- ACCURSO, Cláudio F., CANDAL, Arthur, VERAS, Cláudio (1965). Análise do insuficiente desenvolvimento econômico do Rio Grande do Sul. **Boletim da Comissão de Desenvolvimento Econômico**, Porto Alegre, Assembléia Legislativa, n.16.
- ALMEIDA, Pedro Fernando de, MARCANTONIO, Roberto Silveira, LIMA, Rubens Soares de (1986). **A indústria gaúcha de bens de capital na dinâmica da economia brasileira: avanços e constrangimentos.** Porto Alegre: FEE.
- BANDEIRA, Pedro Silveira, GRÜNDLING, Nilton Artur (1988). **O crescimento da indústria do Rio Grande do Sul na década de 70: um estudo comparativo.** Porto Alegre: FEE.
- CASTRO, Antonio Barros de (1971). **7 ensaios sobre a economia brasileira.** Rio de Janeiro: Forense.
- DINIZ, Clélio Campolina, LEMOS, Maurício Borges (1986). Mudança no padrão regional brasileiro: determinantes e implicações. **Análise Conjuntural**, Curitiba: IPARDES, v.8, n.2, p.32-42, fev. (Número Especial).
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1978). **Análise da indústria de transformação no Rio Grande do Sul.** 2.ed. Porto Alegre. (25 Anos de Economia Gaúcha; v.4)
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA (1983). **A produção gaúcha na economia nacional: uma análise da concorrência intercapitalista.** Porto Alegre. 2t.
- FURTADO, J. (1990). **Produtividade na indústria brasileira: padrões setoriais e evolução - 1975/80.** Campinas: UNICAMP. (Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Economia da UNICAMP). (Mimeo).
- OLIVEIRA, Franklin de (1960). **Rio Grande do Sul: um novo nordeste.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SCHILLING, Paulo R. (1961). **A crise econômica do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Difusão de Cultura Técnica.
- TARGA, Luis Roberto Pecoits (1991). O Rio Grande do Sul: fronteira entre duas formações históricas. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v.11, n.2, p.308-344.

Abstract

The Rio Grande do Sul's industrial performance in the 1970-85 period is evaluated by the present article. In the first part some current thesis on Rio Grande do Sul's industrialization are confronted with the available data. In the second part the main changes of the state's industrial park are evaluated having in mind the differences and similarities with the Brazilian industrial process.